PROVIMENTO N.º 292/2017-CGJ/AM

DISPÕE sobre procedimentos a serem adotados pelos servidores das Varas Criminais comuns e especializadas da Capital.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **ARISTÓTELES LIMA THURY**, Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO que compete a Corregedoria-Geral de Justiça o exercício da vigilância institucional, visando regulamentar a prestação jurisdicional no âmbito deste Poder Judiciário nos termos do art. 74, inciso IX, alínea "d", da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 069/2017-PTJ sobre a obrigatoriedade da participação de servidores das Varas Criminais comuns e especializadas da Capital em curso de capacitação.

CONSIDERANDO a Resolução n.º 113, de 20 de abril de 2010 do CNJ;

CONSIDERANDO a necessidade de se ter um controle efetivo e atualizado sobre o quantitativo de presos provisórios e definitivos e seus respectivos controles de penas.

RESOLVE:

Art. 1º - ESTABELECER nas Varas com jurisdições em matéria criminal da Comarca da Capital, como de uso obrigatório, a

manutenção atualizada das informações processuais referentes aos quantitativos de presos provisórios e definitivos, bem como seus respectivos controles de penas.

Art. 2º - A Corregedoria-Geral de Justiça, por intermédio do Setor de Estatística, realizará auditoria mensal por amostragem nas Varas Criminais comuns e especializadas a fim de atestar a manutenção atualizada do "Histórico de Partes" nos processos.

Art. 3º - A inobservância aos termos deste Provimento implicará na abertura do competente Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 4º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

CUMRA-SE. PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

**Gabinete da Corregedoria-Geral de Justiça do
Estado do Amazonas**, em Manaus, 18 de janeiro de 2017.

Desembargador **ARISTÓTELES LIMA THURY**
Corregedor-Geral de Justiça